

## ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES - COMUTRAN

Aos **14 (quatorze) dias do mês de junho de 2016**, às 19:00h, no auditório da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes - CPTRANS, Rua Alberto Torres, 115, Centro, Petrópolis, RJ, ocorreu a reunião ordinária do COMUTRAN – Conselho Municipal de Transportes, tendo como secretária a Sra. Rogéria Maria Canedo Guimarães, advogada da CPTrans, cuja pauta foi a seguinte: **1) Discussão sobre cadastramento e vistoria dos motofretistas; 2) Esquemas de trânsito durante a Bauernfest; 3) Assuntos Gerais.** Constatando-se junto ao livro a presença de tantos conselheiros quantos bastem para o quorum necessário, o Presidente do COMUTRAN, Sr. **JORGE FERNANDO VIDART BADIA**, deu início aos trabalhos agradecendo a presença dos Conselheiros. Inicialmente registrou a presença na reunião do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Sr. Robson Cardinelli, que se disponibilizou e comparecer na reunião para prestar os esclarecimentos acerca da não elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, considerando os diversos questionamentos do conselho, inclusive registrados na ata referente ao mês de maio de 2016. Com a palavra, o **Secretário ROBSON CARDINELLI**, apresentando-se cumprimentou a todos e passou a discorrer sobre o tema. Disse que o Plano de Mobilidade não seguiu a tramitação regular por questão meramente financeira. Disse que o GT Plano de Mobilidade elaborou o Termo de Referência. No entanto, torna-se necessário o suporte financeiro para a elaboração do Plano, conforme inclusive disposto no Termo de Referência, que apresentou o orçamento no valor de R\$ 2.061.914,14. Após o levantamento de todas as ações necessárias para a elaboração do Plano de Mobilidade e de sua estimativa de custos, o Município de Petrópolis fixou despesas orçamentárias de mais de dois milhões de reais consignado no orçamento da prefeitura, com recursos que seriam provenientes dos Royalties para a fomentação do Plano de Mobilidade Urbana. No entanto, o Município não recebeu os valores dos Royalties conforme esperado. Nos últimos 02 anos o Município não está mais arrecadando o que esperava dos Royalties face a redução significativa de repasses da União nos últimos anos. Além da questão dos Royalties, o Brasil está vivendo um verdadeiro caos na economia brasileira. Há ainda a queda de arrecadação municipal. Assim, não há recursos financeiros disponíveis para a contratação de empresa para a elaboração do Plano

de Mobilidade Urbana. A Lei nº 12.587/12 que versa acerca do Plano de Mobilidade Urbana, dispõe no art. 18 que são atribuições dos Municípios, dentre outras, planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano. A mesma lei, também elenca as atribuições da União no art. 16 e dentre elas prestar assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Ocorre que o governo Federal não disponibilizou recursos aos Municípios para a elaboração do Plano de Mobilidade. Registrou ainda que a previsão para a elaboração do Plano era a utilização dos valores advindos dos Royalties. Ocorre que a União quebrou o pacto na medida que os municípios já não recebem mais os valores oriundos dos Royalties. Registrou também que as UPAs deveriam ser de responsabilidade financeira dos Governos Federal e Estadual. No entanto, o Município tem arcado com esse ônus. Não havia previsão para tal custo. A atual crise financeira que atravessa o país e a quebra do pacto pelo governo federal gerou graves danos ao país e a municipalidade, inclusive a impossibilidade de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana. Registrou ainda que dos aproximadamente 2044 municípios do País, apenas 173 encontram-se com o Plano de Mobilidade elaborado, ou seja, apenas cerca de 5% dos municípios obrigados elaboraram o Plano de Mobilidade. Registrou que não há desídia do Município ou irresponsabilidade, mas a queda da arrecadação própria e dos repasse federais e estaduais influíram decisivamente na situação da não elaboração do Plano de Mobilidade. Não obstante, registrou também a existência de um Projeto de lei Federal 7898/2014 em discussão na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados com o objetivo de alterar o art. 24 da Lei 12.587/2012 para estender o prazo previsto para 06 (seis) anos, a fim de que os municípios possam apresentar seus Planos de Mobilidade Urbana. Disse que nenhum dos municípios foram penalizados pela ausência do Plano. Disse Também que uma empresa foi contratada pelo Município, com recursos próprios, para a elaboração dos projetos do PAC Mobilidade para posterior recebimento de verbas pelo governo federal para a realização das obras. O Município fez toda a sua parte, descaixou recursos próprios para a elaboração dos projetos e até a presente data o Município não recebeu qualquer recurso para aplicação no PAC. O Município cumpriu com todas as determinações exigidas e ainda assim, o governo federal não realizou repasse financeiro para as obras do PAC, descumprindo mais uma vez o pacto entre os entes.

Após, a palavra, o Presidente do COMUTRAN, **JORGE FERNANDO BADIA**, abriu a palavra para os membros. **IOMAR TORRES**, com a palavra perguntou se desconsiderando os valores dos Royalties e do PAC, o Município não poderia disponibilizar recursos para o Plano de Mobilidade. **ROBSON CARDINELLI** disse que o Município poderia arcar com o referido ônus, mas no entanto não possui verbas suficientes para tanto. Mas, após uma possível recuperação financeira, será possível o Município arcar. Atualmente os recursos devem ser aplicados de forma prioritária. O fato do Município arcar com as UPAs foi uma surpresa, vez que o ônus era do Estado e o Município está disponibilizando recursos municipais para a manutenção das Unidades. A intenção era aplicar esses recursos no Hospital Alcides Carneiro que atualmente está com excelente qualidade de atendimento. Disse que a prioridade do município é a saúde. Assim o Município mantém as UPAS; o Hospital Alcides Carneiro; criou a central de consultas e leitos e mantém um sistema informatizado que não permite fraude de atendimentos. Registrou ainda que o Plano Diretor foi atualizado e o Plano de Saneamento Básico foi elaborado, ambos com recursos próprios do município. **WESLEY DINIZ** disse que há três anos esses problemas não existiam, mas não houve prioridade do Município. Hoje não vê alternativas. Diante disso entende a necessidade de buscar Parcerias Público Privadas. **ROBSON CARDINELLI** disse que não houve desídia do Município, prova foi a previsão orçamentária para o Plano de Mobilidade Urbana. Isso prova que em momento algum o Município ficou inerte à situação. **DANIEL** perguntou quais outras receitas poderiam ser utilizadas, considerando as receitas destinadas exclusivamente à educação e saúde, inclusive com relação aos Royalties. **ROBSON CARDINELLI** disse que o Município possui fontes de recursos próprios e salvo as destinações específicas, os recursos podem ser utilizados para fins diversos. No entanto, houve uma grande queda de receita comparado a anos anteriores. O próximo ano haverá aumento de participação do ICMS, resultado de trabalho do Município. Disse também que o novo Centro Administrativo da Prefeitura localizado na Avenida Barão do Rio Branco, que reúne diversas secretarias, acarretará em grande economia para o município considerando o encerramento de aluguéis de algumas secretarias. Por fim afirmou que não obstante toda a crise financeira, os salários dos servidores estão garantidos, sendo certo que no estado do Rio de Janeiro, apenas 4 municípios mantêm os salários dos funcionários em dia e dentre

eles, o Município de Petrópolis. Nada mais foi questionado pelos membros do COMUTRAN. **ROBSON CARDINELLI** agradeceu e disse que precisava se retirar da reunião em função de outros compromissos anteriormente assumidos. **FERNANDO BADIA** agradeceu a presença do Secretário de Planejamento e por todos os esclarecimentos prestados. Também os membros do Conselho agradeceram a presença do Secretário e os esclarecimentos. O Presidente do Conselho passou então ao **item 01** da Pauta **“Discussão sobre cadastramento e vistoria dos motofretistas”**. Com a palavra disse que a CPTRANS está dialogando com os motofretistas acerca da organização do serviço no Município. O primeiro passo foi a demarcação de vagas. Agora busca-se cadastrar e vistoriar as motos. Algumas exigências devem ser cumpridas como a participação em curso de motofretista e a apresentação de documentos necessários para o exercício da atividade como cópia da CNH na categoria A válida e expedida há pelo menos 2 anos, cópia do CPF, do comprovante de residência e CRVL e pagamento da taxa de cadastramento. Será também exigido capacete regulamentado pelo INMETRO, luvas, roupas resistentes, calçado fechado e colete preto com faixas refletivas, equipamentos originais da motocicleta farol baixo e alto, lampejado, luzes de posição, freio, direção e placa, espelhos, escapamento original, pneus e velocímetros, vareta aparadora de linha pipa, mata cachorro e baú fechado com faixa refletiva. Haverá vistoria de todas as motocicletas cadastradas. **ORLINDO POZZATO/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO** disse que é importante a identificação do veículo, de forma visível, através de numeração de identificação do condutor cadastrado na CPTRANS, afixado no veículo. **FERNANDO BADIA** disse que isso ajudará o bom profissional que poderá inclusive se utilizar do corredor exclusivo da Souza Franco. **EVANDRO/ASTAPE** sugere a identificação do motofretista também no colete do condutor. **IOMAR TORRES** disse que o cadastro irá proporcionar proteção ao condutor e oferta de qualidade ao serviço. Sugeriu ainda a possibilidade de estudos acerca do moto táxi como democratização do transporte. **FERNANDO BADIA** perguntou para o conselho o que entendiam acerca da proposta do cadastro dos motofretistas. Os membros do COMUTRAN, por unanimidade, aprovaram o sistema de cadastramento dos motofretistas na CPTRANS, mediante o cumprimento das exigências. O Presidente do Conselho passou então ao **item 02** da Pauta **“Esquemas de trânsito durante a Bauernfest”** **FERNANDO BADIA** disse que a previsão é que o movimento seja igual

ou maior que no ano passado. Inicialmente imaginaram bolsões no Quitandinha onde haveria ônibus trazendo os turistas para a Festa. No entanto, após maior análise, verificaram problemáticas acerca da questão, como oneração do custo do turista. Assim, após longas discussões ficou ajustado que os ônibus de turismo serão abordados no pórtico do Quitandinha onde receberão informativos sobre a proibição de estacionamento dos ônibus no centro, os locais permitidos de estacionamento, as vias alternativas, dentre outras informações. Haverá três rotas alternativas e pontos de embarque e desembarque. Com vistas também a fluidez do trânsito e organização do espaço público, serão criadas mais vagas de estacionamento rotativo em comparação ao ano passado. Serão disponibilizados 15 auxiliares de trânsito durante a semana e 30 durante o final de semana, 26 Guardas Municipais e 5 Agentes de Trânsito por dia também atuarão no trânsito. **IOMAR TORRES** disse que considerando a grandiosidade do evento, o coletivo deve prevalecer sobre o individual. Entende que deve haver uma campanha para que a população utilize o transporte público ou a carona solidária. Disse que também deve haver uma campanha sobre bebida e direção. **FERNANDO BADIA** disse que ocorreram diversas reuniões com o Ministério Público do Estado, através a Dra. Vanessa Katz, em conjunto com a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Saúde e Fundação de Cultura onde há uma união de esforços para na montagem de um plano de contingências para ser aplicado durante a 27ª Bauernfest. Houve grande interação entre os membros do conselho acerca do tema. Passando-se ao **item 3** da pauta **“Assuntos Gerais”**, **IOMAR TORRES** perguntou acerca do estacionamento rotativo e as pessoas que não possuem garagem. **FERNANDO BADIA** disse que aquele que possui veículo mas não garagem, terá que pagar pelo estacionamento rotativo, assim como todas as pessoas que se utilizam do estacionamento. Disse que vários segmentos tem solicitado da CPTRANS a implantação do estacionamento nas vias. O espaço é público e deve ser usado democraticamente por todos. **ALCINDO TEIXEIRA** disse que solicitou de uma Agente de Trânsito da CPTRANS a autuação de um caminhão que se encontrava estacionado debaixo de placa de proibido parar e estacionar, tendo o Agente se recusado a fazê-lo sob o argumento de que sua atividade era apenas o reboque de veículos, conforme orientações recebidas. **FERNANDO BADIA** disse que não há essa orientação e que buscará esclarecimentos. **WESLEY DINIZ** parabenizou a CPTRANS

pela intervenção realizada no Terminal Centro, ao retirar as baias, o que ajudou a população usuária. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, cuja ata segue assinada pelo Presidente do COMUTRAN e por mim, Rogéria Maria Canedo Guimarães, que na oportunidade secretariou a reunião, devendo ser aprovada e publicada posteriormente na internet.

**JORGE FERNANDO VIDART BADIA**  
**PRESIDENTE DO COMUTRAN**

**Rogéria Maria Canedo Guimarães**  
**Secretária**